

HISTÓRIA DE VIDA: A CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DE UMA PEDAGOGA NEGRA EM FORMAÇÃO INICIAL

Autora: Michelle Borges dos Santos

Orientadora: Profa Dra Silvana Alves da Silva Bispo

A identidade negra se constrói na luta cotidiana contra tudo que tenta apagá-la. (Nilma Lino Gomes)

Resumo: Este texto tem como objetivos problematizar questões relacionadas à diversidade étnico racial e refletir sobre minha história de vida como formanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas, sendo mulher negra. As Leis nº 12.288, a Lei 10.639/03 e os teóricos Carneiro (2003), Fernandes (2016), Gomes (1993, 2001), conferem a abordagem teórica que permitem dialogar sobre o tema. A partir da pesquisa bibliográfica e da metodologia de história de vida busca ampliar o entendimento dos fenômenos sociais, históricos, culturais e educacionais. Como mulher negra e futura pedagoga, em um espaço escolar é essencial reconhecer e se redescobrir novas possibilidade de afirmação identitária. Ao longo da minha formação inicial em Pedagogia, percebi que esses atravessamentos emergem com força dentro dos espaços educativos, onde ainda são observadas práticas discriminatórias veladas, estereótipos reproduzidos e abordagens superficiais sobre a história e cultura afro-brasileira.

Palavras-chave: História de vida. Identidade. Mulheres Negras. Racismo.

Reflexões iniciais

Escrever sobre minha vida não foi uma atividade confortável em vários momentos em outros, foi bom rememorar o passado. Nasci em Ilha Solteira, cidade do interior de São Paulo. Fui criada por uma mãe negra solo, junto com minha irmã mais velha. Meu núcleo familiar sempre foi minha mãe, minha irmã, meus avós e minhas tias.

Crescer em uma cidade pequena, teoricamente, era para ser uma maravilha. Mas, para uma criança negra, nem sempre isso é sinônimo de formosura. Desde pequena fui uma criança tímida, desconfiada e muito observadora. Tudo o que estava ao meu redor eu observava com muita atenção. Não tenho muitas lembranças das primeiras experiências que vivi na creche, sendo uma criança negra, então não posso dizer como foi essa fase da minha vida. Mas há uma lembrança carrego até hoje: todo final de semana, minha mãe ou minha avó faziam tranças em mim e na minha irmã mais velha para a semana seguinte. Às vezes, eu odiava os puxões de pente de um lado para o outro e questionava minha mãe: “Por que precisa prender o cabelo toda

vez? Não pode ir solto?”. Ela respondia que era mais fácil e que era para evitar pegar piolho na escola, ela dizia “Cabelo ruim tem que ficar preso” ou “Não tenho tempo de ficar arrumando essa maçaroca de cabelo todo dia”.

De fato, ali já havia sinais de um ciclo de racismo dentro do meu próprio núcleo familiar. Aprofundaremos nessas reflexões no decorrer do texto. Atualmente, com as leituras que facultaram maior entendimento acerca do tema, constato que elas apenas estavam repetindo o que já haviam passado em suas próprias vidas. Naquela época vivenciar esse ciclo muitas vezes me deixava com ódio de mim mesma. Eu me questionava: “Por que tive que nascer com essa cor ‘sarará¹?’. Muitas vezes, o racismo era uma dor silenciosa que me acompanhava. Lembro que vivi de tranças durante toda a minha infância.

Só ao entrar no Ensino Fundamental I é que comecei a vivenciar – mais profundamente – o racismo da sociedade. Vieram dos colegas de turma com piadas sem graça, como a famosa frase: “cabelo de bombril”. Às vezes, a professora repreendia; outras vezes, não. Como sempre fui uma criança calada e não contava para minha mãe o que acontecia na escola, por isso tive que aprender a me defender sozinha. Eu praticava capoeira desde os dois anos de idade, então comecei a usar isso para me proteger. Talvez não fosse a melhor forma, mas naquele momento resolvia um pouco da situação.

Com o tempo, fui crescendo e as tranças deixaram de ser uma opção prática para minha mãe. Minha mãe decidiu alisar meu cabelo, achando que assim seria mais fácil e que os problemas desapareceriam. O que não aconteceu, pois os traços negroides incluem características que vão além do cabelo. Embora até os 11 anos de idade eu já tenha vivenciado situações de racismo, foi no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio que realmente compreendi o que era o racismo e como ele é cruel para nós, jovens negros. Me recordo que, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio, eram raros os conteúdos sobre a cultura negra. Esse tema era pouco abordado e, quando aparecia, geralmente limitava-se aos negros escravizados e a Zumbi dos Palmares. Nunca falaram sobre os grandes reis e rainhas negras que já viveram no mundo. Para uma criança negra, isso acabava se tornando algo comum, como se não houvesse outra história a ser contada.

Ao longo da minha vida estudantil, ouvi muitas versões sobre a minha cor e o meu cabelo. Tentei entender como a maioria dos membros da sociedade pode ser tão cruel com aqueles que são diferentes dela e como muitos profissionais da educação estão completamente despreparados para acolher esses indivíduos.

¹ Sarará é um termo que minha família utiliza para indicar quando um cabelo é crespo.

Quando iniciei o curso de Pedagogia, no ano de 2022, ingressei por meio das cotas raciais, e isso foi extremamente importante para mim. Muitas pessoas negras não têm a oportunidade de entrar em uma universidade federal, e essa política garante que mais de nós possamos ocupar esses espaços que historicamente nos foram negados.

Na minha antiga graduação, em Zootecnia, na UNESP Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, em Ilha Solteira (SP) a realidade era bem diferente: havia, no máximo, três alunos negros em uma turma de quarenta estudantes. Eram nítidas a discrepância e a falta de representatividade.

Ao ingressar no curso de Pedagogia, tive outra percepção. Fui surpreendida por uma realidade que eu nunca havia vivido. Pela primeira vez, vi uma sala em que havia um número mais equilibrado de alunos brancos e negros. Além disso, um momento marcante foi quando vi, pela primeira vez, uma professora universitária negra. Aquilo abriu a minha mente e me mostrou que eu também posso alcançar lugares mais altos, ocupar espaços de liderança e ser referência para outras pessoas.

Ao entrar no curso de Pedagogia e, com ele os estágios, nunca imaginei que voltaria a vivenciar situações que a Michelle do passado já havia presenciado e que agora retornavam ao presente. Presenciar profissionais reproduzindo comportamentos que eu já havia visto em espaços educativos, com crianças de apenas três anos de idade, com certeza me impactou como futura profissional.

Durante dois anos, vivenciei a experiência de estágio remunerado em um Centro de Educação Infantil (CEI) localizado em uma região periférica. Nesse período, pude observar cotidianamente as relações estabelecidas entre alguns profissionais da educação e as crianças, percebendo um tratamento diferenciado: enquanto as crianças brancas eram acolhidas de maneira mais próxima, as crianças negras sofriam, de forma velada, certo afastamento. Essa postura revelava práticas sutis de discriminação, naturalizadas no cotidiano educativo, mas que reforçam desigualdades históricas.

Esse contexto evidencia a urgência de refletir sobre a função social dos espaços educativos como Centros de Educação Infantil e escolas, bem como o papel dos(as) profissionais da educação na promoção de uma convivência baseada no respeito e na equidade.

A Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial, é clara ao definir:

Discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos

político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada (Brasil, 2010)

É fundamental que a escola assuma uma postura ativa e crítica diante do racismo, ressignificando suas práticas pedagógicas e promovendo uma formação docente comprometida com a educação antirracista, capaz de reconhecer e valorizar a diversidade como princípio formativo. Dessa forma, torna-se evidente que a simples existência da legislação não garante, por si só, a efetivação da igualdade racial

Outra situação observada ocorreu durante a “Semana da Consciência Negra”. Nessa ocasião, os(as) educadores(as) convidaram um capoeirista para realizar uma breve apresentação da roda de capoeira. Entretanto, percebia-se que a atividade não era acompanhada de um trabalho pedagógico consistente que promovesse a compreensão e a valorização da cultura afro-brasileira em sua dimensão histórica, social e identitária.

A ação reduzia-se a um momento pontual e superficial, sem articulação com o projeto pedagógico da instituição, o que transmitia às crianças a ideia equivocada de que a capoeira se resumia a uma manifestação cultural restrita “ao povo preto”, reforçando estereótipos e reproduzindo preconceitos.

O nome *capoeira* vem de “capoeiras” de origem tupi, o seu nome se dá a uma vegetação rasteira, a luta que surgiu durante o período colonial no Brasil, quando os escravizados disfarçavam como uma “dança” para enganar seus senhores de engenho.

Para não levantar suspeitas - os senhores do engenho proibiram que praticassem qualquer tipo de esporte- os capoeiristas adaptaram os movimentos e adicionaram elementos coreográficos e músicas, camuflando seu verdadeiro significado. (Câmara dos Deputados, 2021, p.s.d)

Ao passar do tempo essa luta foi se difundido para quilombos e cidades, tornando-se uma identidade afro-brasileira. A capoeira é uma forma de defesa, uma arte marcial brasileira onde mistura música, dança, golpes de ataque e defesa, movimento lento ou rápido movimentando todos os membros do corpo. No século XIX foi proibida pelas autoridades por ser vista como ato violento e criminoso, mas resistiu a essa perseguição tornando se nos dias de hoje patrimônio cultural imaterial do Brasil e da humanidade.

Esse tipo de prática da capoeira, ainda comum em algumas instituições, evidencia a necessidade de repensar a forma como a educação infantil aborda a temática da diversidade. A valorização da cultura afro-brasileira não pode ser restrita a datas comemorativas ou a atividades de folclorização, mas deve constituir-se como parte integrante e transversal do

currículo, conforme orienta a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e africana em todos os níveis de ensino.

Após esse breve relato acerca de minha história de vida, tenho como objetivo problematizar questões relacionadas à diversidade étnico-racial, em especial a construção da identidade da mulher negra e refletir sobre minha história de vida como formanda do curso de Pedagogia sendo mulher negra.

Metodologia

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e a história de vida. A pesquisa bibliográfica foi realizada através de leitura, de análise e de discussão de obras, como artigos científicos e documentos relacionados com o tema, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre o assunto estudado e estabelecer diálogos com outros autores. Já a história de vida tem como metodologia a finalidade de entender a experiência pessoal, a partir de relatos e memórias vivenciadas. Esse procedimento ajuda a compreender acontecimentos vivenciados que se manifestam tanto no contexto social e histórico, revelando atributos do sujeito de sua própria experiência. Tanto a pesquisa bibliográfica quanto a história de vida, têm o intuito de proporcionar uma análise que integra o campo científico à vivência concreta.

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, que busca compreender e analisar conteúdos de artigos científicos e livros. Segundo Gil (2008, p.50), pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Segundo Goodson (1995, p.21), a história de vida “revelam como os sujeitos interpretam suas trajetórias e constroem significados a partir de suas experiências”. A partir das experiências vivenciadas, percepções e narrativas de evidenciar os processos formativos, socioculturais e identitários. Assim a metodologia história de vida tem a possibilidade simbólicas da experiência humana.

Este texto tem como objetivos problematizar questões relacionadas à diversidade étnico racial e refletir sobre minha história de vida como formanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas, sendo mulher negra.

O texto tem início com uma pequena narrativa acerca da minha história de vida e breve descrição metodológica. Na sequência, discorro sobre o racismo e a construção da identidade da mulher negra; para isso, trago a legislação acerca da diversidade étnica e racial, teóricos que

discutem o tema e apresento brevemente alguns estudos que conversam sobre o tema. Na última parte do texto, apresento, em tom de considerações finais, a importância do (re)conhecimento pessoal como mulher/professora negra para o exercício da docência. Neste último tópico, o passado, presente e futuro são contextualizados analisado de que forma pode ser contribuído à minha atuação profissional.

O racismo velado e a constituição da identidade da mulher negra: apontamentos teóricos

Ao longo da história, o Brasil foi marcado por desigualdade racial que o acompanha desde o tempo da escravidão e segue até atualmente. Durante o período da escravidão explícita, a sociedade brasileira menosprezava a população negra e a tratava como mão de obra.

Durante mais de trezentos anos os povos negros permaneceram à mercê dos colonizadores, submetidos a um sistema escravista que sustentava a economia colonial.

A abolição da escravidão no Brasil ocorreu em 13 de maio de 1888, tornando o país o último das Américas a “pôr fim” oficialmente a essa prática. A assinatura da lei Áurea, pela princesa Isabel, “libertou” milhares de pessoas negras que viviam em condição de escravidão. No entanto, mesmo com a propagação da Lei, não foram implementadas políticas de inclusão social que garantisse condições dignas de vida aos ex-escravizados. Assim, grande parte dessa população foi deixada à própria sorte, sem acesso à terra, à educação ou a oportunidades de trabalho, perpetuando as desigualdades sociais no país.

A escravidão não simbolizou o fim da desigualdade racial no Brasil, essas sequelas do passado ainda impactam as relações sociais nos dias de hoje, principalmente para mulheres negras que podemos dizer que possuem uma carga maior sobre a pressão do racismo e sexism na sociedade. Pode-se afirmar que o racismo para uma mulher negra é um dos principais obstáculos na construção da sua identidade. Desde o tempo da escravatura, mulheres pretas foram oprimidas, silenciadas e excluídas na sociedade.

Mulheres negras são duplamente discriminadas: uma por ser mulher, outra por ser negra. Por não ocuparem lugares de posições altas, muitas vezes são estereotipadas. Podemos observar o preconceito velado de forma sutil na sociedade, dificultando o seu reconhecimento como negra e sua importância social.

Em particular, dados extraídos do sistema de informação de agravos de notificação (Sinan), mostram que no ano de 2022, 202.608 brasileiras sofreram algum tipo de violência, sendo que a maioria (55%) eram mulheres negras (112.162 brasileiras pretas e pardas). (Brasil, 2024, p.s.n).

Relacionando o fato que mulheres negras sofrem duplamente, dados apontam que o feminicídio no país é maior no que se refere às mulheres negras “As mulheres negras somaram 63,6% das vítimas de feminicídio no período, enquanto o percentual de mulheres brancas foi de 35,7%.” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024, p. s.n.)

Ao interpretar os dados, é possível afirmar que a realidade de mulheres negras vítimas recorrentes de feminicídio fazem parte de uma estrutura social que produz e reproduz as desigualdades raciais. Portanto, debater sobre o racismo estrutural se torna necessário.

O racismo é uma prática discriminatória à crença de hierarquia divide a raça humana em superior e inferior, desde o tempo da escravidão desde a cor da pele, características físicas ou por sua origem étnica, entretanto existe o racismo estrutural em que esta visão está enraizada na sociedade “O racismo é parte estrutural da sociedade brasileira, moldado instituições, práticas sociais e relações sociais de forma a produzir desigualdades raciais.” (Almeida, 2019, p.21). Assim, para construir uma identidade de fortalecimento da negritude, é necessário um processo de autoconhecimento de suas raízes e de ancestralidade.

O ponto de partida de Sueli Carneiro (2003) sobre o artigo “Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”, tem como objetivo de estudo a análise da coisificação dos corpos negros, especialmente de mulheres. A autora discute como essas mulheres negras eram expostas no tempo da colônia, de como eram vistas como mercadorias sexuais pelos seus senhores brancos, tanto mulheres negras quanto indígenas, dando origem à nossa miscigenação forçada. A partir disso, a autora trata a questão da erotização e da desigualdade racial interligadas à violência sexual, principalmente em mulheres negras na sociedade brasileira.

Percebe-se que os discursos do feminismo tradicional são específicos para mulher branca, pois a mulher negra, ao longo de sua jornada, precisa ser forte para lidar com os percalços da vida, isso ocorre porque, historicamente, mulheres negras foram inseridas em condições sociais marcadas pela ligação entre o racismo, sexismo e a desigualdade socioeconômica, que lhe põem desafios maiores.

Ainda que mulheres brancas também sofram com dupla jornadas situações parecidas com as mulheres negras, os estudos apontam que mulheres negras, em razão das desigualdades estruturais, se diferenciam por questões individuais, a experiência de ser mulher negra pois o racismo e machismo andam interligados.

O artigo trata sobre a “Identidade feminina” apresenta uma reflexão de como é construída a identidade da mulher na sociedade, a partir dos processos de gênero e raça trazendo

crítica a respeito da desigualdade do papel da mulher e do homem, criando para a mulher uma identidade social negativa.

Nesse sentido, sobre a construção da identidade feminina apresentada no artigo encontra continuidade no argumento de Carneiro (1993), pois ambos evidenciam que a luta pela emancipação das mulheres nasce da recusa desses modelos tradicionais de feminilidade.

Os primeiros passos do movimento feminista no Brasil e no mundo expressaria a intensa revolta a esse processo de opressão e como todo movimento de contestação, se constitui na recusa de todos os estereótipos tradicionais existentes sobre a mulher: contra o mito da fragilidade, contra o confinamento da mulher ao espaço doméstico; contra a limitação da mulher a mero agente reprodutor da espécie. E o rompimento com esses modelos nos situava mais próximas do modelo da masculinidade (Carneiro, 1993, p. 9)

Esse movimento emergiu pela igualdade de direitos do sexo feminino ao acesso à educação igualitária, a condições salariais melhores, e ao direito à cidadania justa para todos. A autora questiona a invisibilidade da mulher negra no seu discurso e assegura que a mulher negra não é um ser frágil por tantas condições de explorações que muitas já vivenciaram. E afirma que para a construção de uma identidade feminina é necessário transpassar o racismo e o machismo que estão enraizados em nossa sociedade.

O artigo de Nilma Gomes (2002) traz uma base conceitual a respeito da identidade, raça e racismo, e como essas ideias são construídas no contexto racial brasileiro. O texto dialoga com outros autores sobre a identidade, raça, etnia, racismo e discriminação racial. Sobre Identidade, a autora dialoga com três autores: Philip Gleason (1980), Kabengele Munanga (1994) e Silvia Novaes (1993).

A identidade é vista como um processo na relação de interação com o outro, de construção social, cultural e histórica, do sujeito com a sociedade em geral. A respeito sobre a identidade negra, a autora afirma que é construída a partir de um processo de reconstrução simbólica e política.

Assim, como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente este processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece (Gomes, 2002, p. 43)

A autora aborda a questão de como o processo da educação constrói essa identidade negra sobre a diversidade cultural, ou seja, ela é

[...] entendida como um processo contínuo, construído pelos negros e negras nos vários espaços – institucionais ou não – nos quais circulam, podemos concluir que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma. (Gomes, 2002, p. 44).

A autora Gomes (2002) traz questionamentos de que como no âmbito escolar ainda é um ambiente que não retrata de maneira mais profunda acerca desse tema. Para isso, ela aponta a necessidade de descolonizar o currículo e inserir novos conteúdos aos estudantes, com a obrigatoriedade da Lei nº 10.639/03 que torna obrigatória o ensino de História e Cultura Afrobrasileira em todas as escolas brasileiras tanto rede pública e privadas, construindo uma identidade positiva principalmente aos estudantes negros, criando um papel formativo aos demais estudantes.

Para isso, precisamos estudar, realizar pesquisas e compreender mais sobre a história da África e da cultura afro-brasileira e aprender a nos orgulhar da marcante, significante e respeitável ancestralidade africana no Brasil, compreendendo como está se faz presente na vida e na história de negros, índios, brancos e amarelos brasileiros (Gomes, 2002, p. 49).

O debate sobre raça no texto de Gomes (2005) traz questionamento em relação social e política.

E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas (Gomes, 2005, p. 45).

Os autores Antônio Sérgio Guimarães (1999) e Nilma Bentes (1993) defendem a ideia de raça social. O artigo traz a questão sobre etnia “No campo intelectual, muitos profissionais preferem usar o termo etnia para se referir aos negros e negras, entre outros grupos sociais, discordando do uso do termo raça” (Munanga, 2004, p.16).

A autora salienta que no contexto brasileiro, alterar essa palavra pela outra não elimina a prática racista

A Alemanha nazista utilizou-se da ideia de raças humanas para reforçar a sua tentativa de dominação política e cultural e penalizou vários grupos sociais e étnicos que viviam na Alemanha e nos países aliados ao ditador Hitler, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (Gomes, 2005, p. 49-50).

Nesse trecho, Gomes ressalta o racismo como forma de poder de hierarquização de um certo grupo que idealiza a supremacia branca, amparando a desigualdade social e racial. Outro ponto que o texto traz é sobre a educação como área estratégica de embate do racismo para uma construção de uma identidade negra positiva.

A escola tem um papel importante a cumprir nesse debate. Os (as) professores(as) não devem silenciar diante dos preconceitos e discriminações raciais. Antes, devem cumprir o seu papel de educadores(as), construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula (Gomes, 2005, p. 60).

A escola deve ser um lugar que abrange esse tema relevante, dando condições que ele possa ser discutido e haja a valorização cultural, trazendo práticas pedagógicas. Portanto, a Lei 10.639/03 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais são tão essenciais para a construção da identidade negra.

A autora Danubia de Andrade Fernandes traz questionamentos a respeito do estereótipo do corpo da mulher negra ao longo dos séculos como objeto de dominação patriarcal, atribuindo “ao corpo feminino negro uma natureza ‘quente’ e fisiologicamente aberrante” (Fernandes, 2016, p. 695).

Entre os autores que a autora cita está Hooks (1995). Ele relata que a mulher negra sofre duplamente por ser inferior por sua condição feminina e materializada por sua cor e sexualidade, e destaca que a “a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado” (Hooks, 1995, p. 469).

Essa representação simbólica naturaliza a violência do estupro de mulheres negras, tendo em vista que “As mulheres negras se tornaram corpos destituídos de mentes e, se são ‘símbolos sexuais’, isto se deve a uma reificação da mulher como objeto para fins específicos.” (Fernandes, 2016, p. 696).

Fernandes traz os principais autores estadunidenses, correntes teóricas sobre o feminino negro: Patrícia Hill Collins (2001), Michele Wallace (2008) e Alice Walker (1983), trazendo duas principais linhas de raciocínio: o *womanism*, que busca valorizar as experiências e heranças culturais das mulheres negras, e o *black feminism*, que enfatiza a crítica às estruturas de opressão racista e sexista.

No que se refere ao feminismo negro no Brasil, a autora Fernandes (2016) distingue que suas concepções são diferentes das do Estados Unidos, pela sua herança cultural. Segundo a autora Sueli Carneiro (2003, p.2) “No que concerne ao mito da fragilidade feminina, por

exemplo, as mulheres negras nunca foram consideradas frágeis; ao contrário, como vimos, elas foram masculinizadas desde os tempos da escravidão.”

A análise de Fernandes traz evidências no texto que a identidade da mulher negra não pode ser discutida sem considerar essa herança de desumanização e resistência. Quando essa discussão entra no âmbito no campo da educação e da docência, torna-se ainda mais relevante pois uma professora negra carrega, em seu corpo e em sua trajetória, as marcas dessa história, ao mesmo tempo em que desafios.

Reflexões Finais

A partir de narrativa autobiográfica e dos diálogos entre os autores do campo das relações étnico raciais, este texto teve como objetivos problematizar questões relacionadas à diversidade étnico racial e refletir sobre minha história de vida como formanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas, sendo mulher negra.

Ao longo deste trabalho, foi possível observar como o racismo estrutural permanece enraizado nas práticas sociais e educacionais, influenciando diretamente a construção da identidade da mulher negra. Nesse sentido, torna-se evidente que o enfrentamento ao racismo exige o fortalecimento da identidade negra e a promoção efetiva da diversidade étnico-racial no contexto escolar.

A partir da trajetória pessoal aqui apresentada, comprehende-se que as experiências vividas na infância e no percurso de escolarização marcaram profundamente a percepção sobre esse fenômeno, demonstrando como o preconceito, muitas vezes velado, se manifesta no cotidiano, especialmente em ambientes educativos. Tais vivências, quando articuladas aos aportes teóricos discutidos, permitiram ampliar a compreensão sobre os processos históricos, políticos e sociais que moldam a identidade da mulher negra.

Os autores que fundamentaram este estudo foram essenciais para aprofundar a reflexão acerca da constituição identitária, evidenciando que essa construção é contínua e atravessada por múltiplos fatores. Considerando que minha trajetória enquanto futura pedagoga e mulher negra se entrelaça de forma indissociável, reafirma-se a importância de discutir e visibilizar essas questões no campo da educação, de modo a contribuir para práticas mais conscientes, antirracistas e transformadoras.

A partir dos referenciais teóricos de Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes, Danubia Fernandes, Almeida, entre outros, foi possível compreender que a identidade negra é resultado

de um processo complexo, político e contínuo, marcado por disputas simbólicas e pela resistência. Os autores dialogam entre si ao defender que o racismo não é apenas um comportamento individual, mas um sistema organizado que molda instituições, práticas e relações sociais. Nesse sentido, compreender o racismo como fenômeno estrutural permite enxergar que as dores, silenciamentos e violências vividos por mulheres negras não são acidentais, mas fruto de uma lógica histórica de dominação, marcada também pelo sexismo e pela desumanização dos corpos negros.

Ao longo da minha formação inicial em Pedagogia, percebi que esses atravessamentos emergem com força dentro dos espaços educativos, onde ainda são observadas práticas discriminatórias veladas, estereótipos reproduzidos e abordagens superficiais sobre a história e cultura afro-brasileira. Embora legislações como a Lei 10.639/03 e o Estatuto da Igualdade Racial representem avanços fundamentais, a efetivação dessas políticas depende diretamente de uma postura crítica, consciente e comprometida de todos(as) os(as) profissionais da educação.

Finalizo destacando que este estudo não encerra o debate, mas abre novos caminhos para reflexão e aprofundamento. Como mulher negra em formação docente, sigo entendendo que minha trajetória pessoal e profissional se entrelaça, e que minha atuação futura deve contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais justas, humanas e transformadoras. Práticas que respeitem e celebrem a pluralidade, que rompam com silenciamentos históricos e que fortaleçam a identidade de todas as crianças, especialmente daquelas que, como eu, aprenderam cedo o peso e a força de existir sendo negras em uma sociedade que insiste em nos negar.

Referências

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Instituto de Pesquisa DataSenado - Observatório da Mulher contra a Violência. Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher Negra – 2024. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/relatorio_online/pesquisa_violencia_mulheres_negras/2024/interativo.html. Acesso em: 13 nov. 2025.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA** (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 49–58. Acesso em: 11 out. 2025.

FERNANDES, Danubia de Andrade. **O gênero negro:** apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 691–713, 2016. Acesso em: 10 out. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.forumseguranca.org.br>. Acesso em: 13 nov. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. In: GELEDÉS– Instituto da Mulher Negra. Cadernos Geledés: Mulher negra. São Paulo: Geledés, 2005. p. 49-50. Acesso em: 12 out. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **Mulher negra: identidade, cidadania e trabalho.** In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz; SILVA, Ana Célia da (orgs.). Negros & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 09-12. Acesso em: 11 out. 2025.

GOMES. Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira:** desafios, políticas e práticas. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011. Acesso em: 12 out. 2025.

GOMES. Nilma Lino. **Educação e identidade negra.** Aletria: Revista de estudos de literatura, Belo Horizonte, v.9, p. 39-47, 2001. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria>. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em:

//www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.